

A reação de Jair:

“Eles que aguentem as consequências”

AGÊNCIA ESTADO

“Eles que façam o que quiserem e aguentem as consequências” — afirmou ontem em Porto Alegre o governador Jair Soares (PDS), ao comentar o nono item do documento com as sugestões dos ministros militares para melhorar a posição de Paulo Maluf na disputa sucessória. Esse item prevê que o ministro Delfim Netto, do Planejamento, só libere recursos aos Estados “dentro de um plano de ação política junto aos governadores”. Jair não quis, contudo, fazer outros comentários sobre o assunto, alegando desconhecer o documento e argumentando que “vivemos num momento político e temos de agir politicamente”.

Considerando o item oitavo, que prevê a exigência de apoio formal e público do ministro Mário Andreazza a Maluf, os repórteres perguntaram ao governador gaúcho se havia recebido telefonema com o objetivo de convencê-lo a também dar seu aval à candidatura pedessista, conforme se comentava no Palácio Piratini. “Não é verdade. O ministro não deu nenhum telefonema” — garantiu. Jair Soares tem-se mostrado avesso ao nome de Paulo Maluf e diz que só se definirá depois de ouvir “o povo rio-grandense”.

O governador não quis admitir nenhuma coincidência entre a reunião dos ministros militares com Figueiredo, segunda-feira, com o teor do documento e o discurso do presidente da República, anteontem. “O presidente — observou — tem o direito de se dirigir à Nação e fazer o apelo que quiser. Mas eu não acredito que exista pressão (dos militares em favor de Maluf) e que o presidente não deixe fluir normalmente o processo sucessório. O pronunciamento do presidente confirma que ele passará o cargo àquele que for eleito.”

Para o vice-presidente do PDS gaúcho, deputado Rubens Ardenghi, o documento “demonstra uma total inabilidade política”, mas ele não acredita que as sugestões “saiam do papel”. Na sua opinião, a atuação do governo está prejudicando a candidatura do PDS, “assim como o apoio do governo ao ministro Mário Andreazza para a disputa na convenção somente o prejudicou. O apoio agora anunciado ao deputado Paulo Maluf só o está desgastando”. E acentuou: “Não acredito que pressões, a esta altura, possam resultar em benefício do PDS. A única maneira de reverter esse quadro de dificuldades seria a mudança da postura do governo e isso não vai acontecer. O governo não fará agora o que não fez em cinco anos e meio. Continuará desprestigiando e desconsiderando a classe política, com seus tecnocratas não dando satisfações a ninguém”.

Um general gaúcho da reserva, que já fez parte do Alto Comando do Exército e, pela posição que ocupa, preferiu não ser identificado, considerou “condenável o ponto que prevê pressões à imprensa, mas destacou que no item 10 defende que se

faça os presidentes das empresas de comunicação sentirem, “através do diálogo”, o desagrado do governo e as possibilidades de composição de mútuo interesse: “Democracia é diálogo, negociação, entendimento, com cada um pensando nos mais altos interesses da Nação, abrindo mão de interesses pessoais ou de grupos”. Lembrou ainda que o documento não reflete uma imposição, mas meras sugestões que o presidente pode aceitar ou não. E justificou a preocupação dos ministros militares com a sucessão, observando que as Forças Armadas são responsáveis pela segurança nacional. Frisou, contudo, que a sucessão correrá normalmente e que, se Tancredo Neves ganhar no colégio eleitoral, “subirá a rampa do Palácio do Planalto”.

“INIMIGO É O POVO”

Para o vice-presidente nacional do PDT, Alceu Collares, “o que é mais surpreendente é que esta abertura democrática e o compromisso de passar o governo a um civil estão sendo executados por comandos militares, com elaboração de estratégias como se estivessemos em plena guerra, onde o inimigo é a oposição e o próprio povo”. Assinalou ainda que “a Nação está apreensiva e precisa ficar alerta, não só pelo fato de os militares estarem assumindo o comando da sucessão, como também pelas manifestações de setores mais intransigentes, que evidenciam a existência de uma estratégia destinada a assegurar, a qualquer preço, a vitória do candidato do PDS no colégio eleitoral”.

Em Curitiba, o ex-governador Ney Braga, que é general da reserva e coordenador da Frente Liberal no Paraná, criticou as tentativas de envolvimento dos militares no processo de sucessão presidencial dizendo que “as Forças Armadas, como instituição, merecem todo o respeito e devem ater-se apenas à sua função constitucional”. Considerou que os ministros militares têm o direito de expressar apenas suas opiniões pessoais, mas isso nunca deve representar “um engajamento também das corporações sob seu comando”, em assuntos de natureza política.

Ney Braga contestou as acusações de radicalismo na campanha das oposições feitas anteontem pelo presidente Figueiredo: “Nosso candidato não é nem nunca foi um radical. A candidatura Tancredo Neves tem todas as características de concórdia e não de autoritarismo”. A respeito das críticas de Figueiredo à falta de lealdade dentro do PDS, retrucou: “Nós, da Frente Liberal, somos leais somente ao Brasil e à felicidade do povo brasileiro”.

O governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, não quis comentar o documento dos ministros militares, alegando desconhecer seu conteúdo. Mas o presidente da Assembleia catarinense, deputado Júlio César, manifestou-se preocupado: “Se isso vier a acontecer, pode até prejudicar o processo de abertura”.



Arquivo

Jair garante que não recebeu pedido para apoiar Maluf